



Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 362/2011

Ementa: Dispõe sobre as diretrizes objetivando a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e dá outras providências.

O **Poder Executivo do Município de Alfredo Chaves**, Estado do Espírito Santo, faz saber que o **Poder Legislativo do Município de Alfredo Chaves** aprovou e o **Chefe do Poder Executivo** sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – O orçamento do Município de Alfredo Chaves, para o exercício financeiro de 2012, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei em cumprimento ao § 2º do art. 165, da Constituição Federal, § 2º do art. 114 da Lei Orgânica Municipal e art.4º da Lei Complementar nº 101, compreendendo:

- I** – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II** – a organização e estrutura dos orçamentos;
- III** – as diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV** – as diretrizes para execução da Lei Orçamentária;
- V** – as disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI** – as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;
- VII** – as disposições relativas às despesas com pessoal;
- VIII** – as disposições finais.

CAPÍTULO I

Das Prioridades e Metas da Administração Municipal

Art. 2º – Em obediência ao disposto no § 2º do art. 114 da Lei Orgânica Municipal, esta lei definirá as metas e prioridades da administração pública municipal para o exercício financeiro de 2012, estabelecidas no Anexo I que a integra esta lei, em compatibilidade com a programação dos orçamentos e os objetivos e metas estabelecidas no PPA.

Art. 3º – Em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal e o montante da dívida pública para o exercício de 2012, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII que integram esta Lei, em obediência a Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010, expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 4º – Os Anexos de Metas Fiscais referidos no artigo anterior, constituem-se dos seguintes informações:

- I – Demonstrativo I:** Metas Anuais;
- II – Demonstrativo II:** Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III – Demonstrativo III:** Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo IV:** Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo V:** Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo VI:** Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- VII – Demonstrativo VII:** Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VIII – Demonstrativo VIII:** Margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único – Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá as Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO II

Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art. 5º – Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério de Orçamento e Gestão, especificando discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I, do § 1º, do art. 2º, e § 2º, do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, especificando para cada projeto, atividade e operação especial os grupos de despesas com seus respectivos valores.

Art. 6º – Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I** – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II** – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se

realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 7º – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores em metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º – Cada atividade, projeto e operação especial, identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o órgão orçamentário, às quais se vinculam.

Parágrafo Único – Na indicação do grupo de despesa a que se refere o *caput* deste artigo será obedecida a seguinte classificação estabelecida em norma federal:

- I** – pessoal e encargos sociais;
- II** – juros e encargos da dívida;
- III** – outras despesas correntes;
- IV** – investimentos;
- V** – inversões financeiras;
- VI** – amortização da dívida;
- VII** – reserva de contingência.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes Gerais para Elaboração da Lei Orçamentária Anual e suas Alterações

Art. 9º – O orçamento do Município para o exercício de 2012 será elaborado e executado visando a obedecer entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, em consonância com o disposto no § 1º, do art. 1º, alínea “a” do inciso I, do art. 4º e art. 48 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e a ampliação da capacidade de investimento.

Art. 10 – Os estudos para definição da estimativa da receita para o exercício financeiro de 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, a ampliação

da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes, conforme preceitua o art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de maio de 2000.

Art. 11 – No Projeto de Lei da Proposta Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda corrente (real), estimados para o exercício de 2012.

Art. 12 – O Poder Legislativo e o SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves encaminharão ao Poder Executivo até 15 de agosto de 2011, a descrição e valores das suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei da Proposta Orçamentária Anual.

I – a proposta orçamentária da despesa do Poder Legislativo observará o disposto no art. 29-A da Constituição Federal, bem como a previsão da receita municipal para o exercício financeiro de 2012;

II – os duodécimos repassados ao Poder Legislativo, não ultrapassarão os percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, conforme disposto no inciso I do art. 29-A da Constituição Federal;

III – na efetivação do repasse mensal dos duodécimos ao Poder Legislativo, observar-se-á o limite máximo de repasse estabelecido pelo inciso I, do art. 29-A da Constituição Federal, sendo vedado o repasse de qualquer outro valor em moeda corrente.

Art. 13 – Na programação da despesa serão observadas:

I – nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II – não poderão ser incluídas despesas a título de Investimento – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do §§ 2º, 3º do art. 167, da Constituição Federal e do art. 65 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

III – o município fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, quando atendido o art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 14 – Os órgãos da administração indireta e instituições que receberem recursos públicos municipais, terão suas previsões orçamentárias para o exercício de 2012 incorporados à proposta orçamentária do Município.

Art. 15 – Somente serão incluídas, na Proposta Orçamentária Anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 16 – A Receita Corrente Líquida, definida de acordo com inciso IV do art. 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será destinada, prioritariamente aos custeios administrativos e operacionais, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortizações, juros e encargos da dívida, à contrapartida das operações de crédito e às vinculações, observadas os limites estabelecidos pela mesma lei.

Art. 17 – O Poder Executivo destinará no mínimo 15% (quinze por cento) das seguintes receitas arrecadada durante o exercício de 2012, destinado às ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto no art. 198 da Constituição Federal:

I – do total das receitas de impostos municipais (ISS, IPTU, ITBI);

II – do total das receitas de transferências recebidas da União (quota-parte do FPM; quota-parte do ITR; quota-parte de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir);

III – do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF;

IV – das receitas de transferências do Estado (quota-parte do ICMS; quota-parte do IPVA; quota-parte do IPI – exportação);

V – da receita da dívida ativa tributária de impostos;

VI – da receita das multas, dos juros de mora e da correção monetária dos impostos e da dívida ativa tributária de impostos.

Art. 18 – Na programação de investimentos serão observados os seguintes princípios:

I – novos projetos somente serão incluídos na lei orçamentária após atendidos os projetos em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de créditos;

II – as ações delineadas nesta Lei, terão prioridade sobre as demais.

Art. 19 – A dotação consignada para Reserva de Contingência será fixada em valor não superior a 2,0% (dois por cento) da previsão da Receita Corrente Líquida para 2012.

§1º – Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, expedida pelo Ministério do Orçamento e Gestão, art. 8º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, Expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional, conjugado com o disposto na alínea “b” do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§2º – Os recursos da Reserva de Contingência destinados a Riscos Fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2012, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares as dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 20 – O Poder Executivo, Legislativo e Autarquias Municipais poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2012 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

Art. 21 – As modificações a que se refere o artigo anterior também poderão ocorrer até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas fixadas, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 42 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 22 – O orçamento fiscal compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgão e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.

Art. 23 – Ficam os Chefes do Poder Executivo, Legislativo Municipal e Autarquia Municipal, autorizados a abrir créditos suplementares até o limite estabelecido no art. 21, para reforço de dotações orçamentárias que apresentarem insuficiências orçamentárias, utilizando como fonte de recursos as definidas no art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e parecer consulta do TCEES nº 028/2004.

Parágrafo Único – As alterações do quadro de detalhamento da despesa – QDD, poderão ser efetuadas mediante Decreto do Poder Executivo, nos níveis de modalidade de aplicação, observadas a mesma categoria econômica da despesa, para atender às necessidades de execução da despesa, não deduzindo tais remanejamentos do percentual estabelecido no art. 21.

Art. 24 – O orçamento fiscal previsto na Lei Orgânica Municipal, compreenderá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo município.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para Execução da Lei Orçamentária

Art. 25 – Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação

financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2012, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§1º – Para a limitação de empenho terão prioridades as seguintes despesas:

I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – dotações destinadas a subvenções sociais e transferências voluntárias.

§2º – Excluem da limitação prevista no *caput* deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 3º – O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 4º – O Poder Executivo e o Poder Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 5º – Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para arantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Art. 26 – Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações de governo.

Art. 27 – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer

título e a reestruturação organizacional, pelo Poder Executivo e o Poder Legislativo, somente serão admitidos:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se observado o limite estabelecido no inciso III do art. 20, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

III – através de lei específica.

Art. 28 – A execução orçamentária, direcionada para a efetivação das metas fiscais estabelecidas, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

Art. 29 – O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas do governo e instituições privadas para o desenvolvimento dos programas, com ou sem ônus para o município.

Art. 30 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§1º – Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo do Plano de Trabalho apresentado pela entidade beneficiada.

§2º – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo fixado pelo Poder Executivo, na forma estabelecida no termo de convênio firmado.

Art. 31 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 32 – As despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, observando o disposto no Art. 62 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33 – Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com outras esferas de Governo, no ensino superior, com a finalidade de gerar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho.

CAPÍTULO V

Das Disposições sobre a Dívida Pública Municipal

Art. 34 – A Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2012 poderá conter autorização para contratação de operação de crédito para atendimento a despesas de capital observado o limite estabelecido por resolução do Senado Federal.

Art. 35 – A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica, nos termos do Parágrafo Único do art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 36 – O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 37 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, nos termos do inciso II do § 3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, conforme dispõe o § 2º do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Para incentivar a arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a instituir através de Decreto, campanha de estímulo de pagamento de tributos através de Sistema de Sorteio de Prêmios, para os contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano e dívida ativa.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal

Art. 39 – O Poder Executivo e o Poder Legislativo, mediante lei autorizativa, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter

temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas pela legislação em vigor.

Parágrafo Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2012.

Art. 40 – Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá os limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 41 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no inciso III do art. 20, inciso V do Parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na legislação em vigor:

I – eliminação de gratificações e vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo Único – Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, bem como as despesas com serviço de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

CAPÍTULO VIII **Das Disposições Finais**

Art. 43 – O Projeto de Lei da Proposta Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2012, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 44 – O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o

cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 45 – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do exercício vigente.

Art. 46 – Se a Proposta Orçamentária Anual não for aprovada até o término do exercício financeiro de 2011 pelo Poder Legislativo, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 47 – São vedados quaisquer procedimentos, no âmbito dos sistemas de orçamento, programação financeira e Contabilidade, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 48 – Os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2011, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2012, conforme o disposto no § 2º do art. 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Na reabertura dos créditos a que se refere este artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldo de exercícios anteriores, independentemente da fonte de recursos à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 49 – Para fins do disposto no art. 16º, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica estabelecido como despesas consideradas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 de 1993, e suas alterações, devidamente autorizado.

Art. 50 – O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 51 – A lei orçamentária discriminará, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§1º – Para fins de acompanhamento, controle e centralização, administração pública municipal submeterá os processos referentes ao

pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Jurídica do Município.

§2º – Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 52 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Chaves, (ES), 04 de agosto de 2011.

FERNANDO VIDEIRA LAFAYETTE
Prefeito Municipal

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES PARA 2012

O Anexo de Metas e Prioridades para o exercício financeiro de 2012 passará a vigorar de acordo com o disposto na Lei Municipal que aprovou o Plano Plurianual de 2010-2013 e demais alterações, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei, o qual passará a constar as seguintes prioridades:

Câmara Municipal:

2.001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal
3.002	Reforma e Ampliação das Instalações da Câmara Municipal
3.003	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Legislativo Municipal

Executivo Municipal e Autarquias Municipais:

2.002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
2.003	Manutenção das Atividades da Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento do Município
2.004	Manutenção das Atividades da Controladoria Geral
2.005	Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal
2.006	Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município
2.007	Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração
2.008	Contribuição do PASEP
2.009	Capacitação e Treinamento de Servidores
2.010	Assessoria e Consultoria para Elaboração e Implantação de Programas e Projetos.
2.011	Reforma Administrativa e Reestruturação do Plano de Cargos e Salários e Concurso Público.
2.012	Reserva de Contingência.
2.013	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Finanças
2.014	Modernização dos Serviços de Arrecadação Fiscal e Tributária
2.015	Amortização e Encargos da Dívida.
2.016	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura
2.017	Reforma/Ampliação do Parque e Exposições
2.018	Reestruturação da Feira do Produtor
2.020	Apoio ao Programa de Agricultura Familiar
2.021	Assistência Técnica ao Produtor Rural e Controle Zootécnico
2.022	Apoio a Realização de Festas e Exposições de Produtos Agropecuários
2.023	Apoio a Sindicatos, Cooperativas e Associações Voltadas Para o Desenvolvimento Rural
2.024	Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos
2.025	Elaborar, Implantar e Manter a Política Agrícola Municipal
2.026	Apoio a Regularização Fundiária
2.027	Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras
2.028	Manutenção e Melhoria das Redes de Água e Saneamento Básico
2.029	Manutenção do Cemitério
2.030	Manutenção do Serviço de Iluminação Pública
2.031	Manutenção dos Veículos, Máquinas e Equipamentos

2.032	Manutenção dos Prédios Públicos
2.033	Manutenção e Conservação de Vias Urbanas
2.036	Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte e Lazer.
2.037	Manutenção dos Espaços de Esporte e Lazer
2.038	Promoção, Apoio e Manutenção das Atividades Esportivas e de Lazer
2.039	Realização e Participação em Eventos Poliesportivos
2.040	Apoiar as Diversas Modalidades Esportivas
2.041	Apoiar a Diversificação Agrícola
2.042	Reestruturar e Manter a Patrulha Agrícola Mecanizada
2.043	Elaborar, Implantar e Manter o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
2.044	Criar e Implantar a Política Municipal de Recursos Hídricos
2.045	Apoiar o Agroturismo
2.046	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação
2.047	Manutenção dos Conselhos Municipais
2.048	Apoiar o Ensino Superior
2.049	Apoio a Merenda Escolar - Educação Infantil
2.050	Reestruturação do Plano de Cargos e Salário, e Realização de Concurso Público
2.051	Aquisição de Material Didático, Pedagógico e Outros Ed. Infantil
2.052	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
2.053	Ampliação e Manutenção do Transporte Escolar da Rede Municipal
2.054	Aquisição de Material Pedagógico para o Ensino Fundamental
2.055	Aquisição de Material Pedagógico para Educação Infantil
2.056	Apoio a Escola do MEPES
2.057	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40%
2.058	Manutenção e Regência do Ensino Fundamental - FUNDEB 60%
2.059	Manutenção do Transporte Escolar
2.061	Formação e Treinamento de Professores do Ensino Fundamental
2.062	Manutenção da Frota da Educação
2.063	Administração da Dívida e Demais Obrigações da Educação
2.064	Manutenção da Educação Infantil - FUNDEB 40%
2.065	Manutenção e Regência da Educação Infantil - 60%
2.066	Formação e Treinamento dos Professores da Educação Infantil
2.067	Manutenção das Atividades da Educação Especial Inclusiva
2.068	Manutenção do Transporte Escolar - CONVÊNIO ESTADUAL
2.069	Manutenção das Atividades da Educação
2.070	Plano de Ações Articuladas
2.071	Manutenção da Merenda Escolar
2.072	Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola
2.073	Garantir o Acesso da População ao Ensino Superior
2.074	Manutenção do Transporte Escolar - PNATE
2.075	Programa de Educação de Jovens e Adultos
2.076	Manutenção das Atividades da SEMASC
2.077	Manutenção das Atividades dos Conselhos
2.078	Manutenção da Frota da SEMASC
2.079	Treinamento e Capacitação dos Profissionais da SEMASC
2.080	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF / CRAS)

2.081	Manutenção do PROCON
2.082	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
2.083	Programa / Projeto de Inclusão Digital
2.084	Manter a Assistência Jurídica Pública Municipal
2.085	Ofertar Cursos de Qualificação Profissional
2.086	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (0 à 17 anos/ Idosos)
2.087	Manutenção das atividades do Programa Bolsa Família - IGD
2.088	Manutenção das Atividades do PAIF
2.089	Concessão de Benefícios Assistenciais e Eventuais
2.090	Concessão Auxílio-Funeral
2.091	Manutenção do Pro-Jovem
2.092	Manutenção das Atividades do Fundo
2.093	Manutenção das Atividades Relativas aos Benefícios Assistenciais de Leis Municipal
2.094	Manutenção do Programa IGD
2.095	Manutenção do Apoio a Agricultura Familiar
2.096	Programa / Projeto de Capacitação e Inclusão Produtiva
2.097	Participação em Consórcios da Assistência Social
2.098	Apoio Financeiro a Entidades Assistenciais
2.099	Implantar e Manter o Programa de Apoio a Mulher
2.100	Manutenção das Atividades do FIA
2.101	Manutenção do Conselho Tutelar
2.102	Implantação e Manutenção de Ações Sócio-Educativas para Crianças e Adolescentes
2.103	Manutenção das atividades do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
2.104	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PETI)
2.105	Manutenção e Estruturação dos Programas de Atenção Especial à Criança e Adolescente.
2.106	Reestruturação do Plano de Cargos e Salários e Concurso Público
2.107	Manutenção das Atividades da SEMUS
2.108	Assessoria e Consultoria para Elaboração de Programas e Projetos
2.109	Treinamento e Capacitação de Profissionais da Saúde
2.110	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde
2.111	Implantação, Manutenção e Promoção das Ações dos Programas em Saúde
2.112	Combate as Carências Nutricionais
2.113	Manutenção das Unidades Básicas de Saúde
2.114	Manutenção das Atividades do Laboratório de análises clínicas
2.115	Apoio as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
2.116	Participação no Consórcio CIM Expandida Sul
2.117	Ampliação e Manutenção do Programa Estratégico da Saúde da Família
2.118	Manutenção das Atividades do PACS
2.119	Manutenção das Atividades do PAB
2.120	Ampliação e Manutenção das Atividades do Programa Saúde Bucal
2.121	Manutenção e Estruturação do Pronto Atendimento - 24 horas

2.122	Manutenção das Atividades da Policlínica
2.123	Manutenção das Atividades do Programa de Saúde Mental
2.124	Manutenção e Implementação de Vigilância Ambiental
2.125	Manutenção e Implementação das ações de vigilância Epidemiológicas
2.126	Manutenção das atividades de vigilância Sanitária
2.127	Manutenção das ações da Assistência Farmacêutica
2.128	Implantação e manutenção da rede regional de transporte em saúde
2.129	Implantação e Manutenção dos Serviços Médicos Hospitalar Regional
2.130	Manutenção das Atividades da SEMASU
2.131	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
2.132	Destinação Final dos Resíduos Sólidos
2.133	Manutenção de Praças, Parques e Jardins
2.134	Participação no Consórcio CONLISUL
2.135	Implantação e Manutenção de Unidade de Conservação e Preservação Ambiental
2.136	Manutenção e Reestruturação da Frota
2.137	Implantação e Manutenção das Atividades de Licenciamento e Controle Ambiental
2.138	Recuperação e Reflorestamento de Nascentes e Áreas Degradadas
2.139	Implantação e Manutenção de Arborização e Paisagismo da Cidade
2.140	Implantação e Manutenção do Programa de Reciclagem do Lixo
2.141	Manutenção das Atividades de Educação e Orientação Ambiental
2.142	Manutenção das Atividades da SEMTUR
2.143	Manutenção das Atividades Turísticas e Culturais nas Ruas, Praças e Áreas de Lazer
2.144	Manutenção das Atividades da Rota da Costa e da Imigração
2.145	Promoção e Apoio a Festas e Eventos Turísticos e Culturais
2.146	Apoio ao Desenvolvimento do Turismo e da Cultura Local e Regional
2.147	Apoio ao Agroturismo
2.148	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Turismo e Cultura
2.149	Implantação e manutenção das atividades da Biblioteca e Arquivo Público
2.150	Resgate e Apoio a Grupos Folclóricos, Culturais e Musicais
2.151	Tombamento e Restauração de Prédios e Monumentos Históricos
2.152	Apoio e Incentivo ao Artesanato Local
2.153	Manutenção das Atividades da SEMCOM
2.154	Divulgação e Publicidade dos Atos da Administração
2.155	Manutenção dos Serviços Administrativos do SAAE
2.156	Contribuição ao PASEP
2.157	Operação e Manutenção das Redes de Água e Saneamento Básico
2.158	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio p/ Pessoas c/ Deficiência e Idosa (BPC)
2.159	Implantação e Manutenção da Pactuação Programada Integrada
2.160	Pagamento de Pessoal Inativo
2.161	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
2.162	Serviço de Acolhimento Institucional
2.163	Serviço de Proteção Especial p/ Pessoas c/ Deficiência, Idosa e suas Famílias

2.164	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI / CREAS)
2.165	Serviço Especializado em Abordagem Social (População de Rua)
2.166	Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas (LA / PSC)
2.167	Fundo de Combate a Pobreza e Desigualdade Social - FUNCOP
2.168	Coordenação de Assuntos Tributários de Interesse Municipal - CATRIM
2.169	Manutenção das Atividades do Projeto Campo Bom de Bola
2.170	Implantação e Manutenção do CREAS
2.171	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
2.172	Implantação e Execução do Projeto de Viabilidade Técnica e Econômica
2.173	Plano Diretor Municipal
2.174	Manutenção das Atividades de Elaboração de Projetos
2.175	Implantação e Manutenção do SAMU
2.176	Implantação dos Serviços de Radiodiagnósticos
2.177	Implantação de Sistema de Informação na Saúde
2.178	Elaboração e Implantação do Plano Municipal de Saneamento
2.179	Manutenção e Restauração do Patrimônio Histórico
2.180	Manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (COMDERS)
2.181	Apoio à Rádio Comunitária de Alfredo Chaves
2.182	Convênio com o Clube do Cavalo de Alfredo Chaves para Equinoterapia
3.001	Pagamento de Precatórios
3.003	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Legislativo Municipal
3.004	Manutenção do Viveiro Municipal
3.005	Expansão da rede de eletrificação Rural
3.006	Expansão da Telefonia fixa, móvel e rede de Internet
3.007	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos da SEMO
3.008	Construção Muro de Arrimo
3.009	Construção, Abertura e Conservação de Estradas, Pontes e Outra Obras
3.010	Construção, Pavimentação, Melhorias de Vias Urbanas
3.011	Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos
3.012	Construção e Ampliação das Redes de Água, Saneamento Básico e Estação de Tratamento
3.013	Instalação, Manutenção e Melhoria dos Repetidores de Sinais de TV e Rádio
3.014	Construção e Revitalização de Praças, Parques e Jardins
3.015	Construção de Cemitério Público
3.016	Expansão e Melhoria da Rede de Iluminação Pública
3.017	Estruturação da Área Revertida ao Município
3.018	Construção e Implantação de Espaços de Esporte e Lazer
3.019	Aquisição de Material Esportivo
3.020	Ampliar e Manter a sinalização Vertical e Horizontal
3.021	Construir e Manter Galerias Pluviais
3.022	Construir Escadarias nas Localidades Urbanas de Relevo Acidentado
3.023	Construir Fossas Sépticas
3.024	Construir, Ampliar e Reformar Espaços na Agropecuária

3.025	Implantar o Projeto de Moradia Rural
3.026	Aquisição de Imóveis da SEMA
3.027	Aquisição de Imóveis da Secretaria Esporte e Lazer
3.028	Aquisição de Imóveis da Secretaria de Agricultura
3.029	Aquisição de Imóveis da SEMO
3.030	Aquisição de Imóveis da SEMEL
3.031	Aquisição de Imóveis da SEMUS
3.032	Aquisição de Imóveis da SEMASC
3.033	Expansão e Melhoria da Rede Física do Ensino Fundamental
3.034	Implantação e Manutenção do Laboratório de Informática
3.035	Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Poliesportivas.
3.036	Aquisição de veículos, Equipamentos e Móveis para Educação
3.037	Expansão e Melhoria na Rede Física de Ensino Fundamental
3.038	Expansão e Melhoria da Rede Física da Educação Infantil
3.039	Expansão e Melhoria da Rede Física de Ensino Fundamental
3.040	Expansão e Melhoria da Rede Física da Educação Infantil.
3.041	Estruturação, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos
3.042	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Móveis para a SEMASC
3.044	Construção, Ampliação e Reforma de Habitação de Interesse Social
3.045	Expansão dos Telecentros
3.046	Implantar e Manter Casa de Passagem
3.047	Aquisição de Veículos, Equipamentos e Móveis para Saúde
3.048	Construção, Reforma e Ampliação e Equip. p/ Serv. Básicos de Saúde
3.049	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente p/ Média e Alta Complexidade
3.050	Construção e Implantação da Farmácia Cidadã
3.053	Construção da Rua de Lazer
3.054	Construção, Implantação e Restauração dos Atrativos Turísticos e Culturais do Município
3.055	Restauração de Estação Ferroviária
3.056	Construção, Implantação e Restauração da Casa da Cultura
3.057	Construção e Ampliação de Redes de Águas Pluviais
3.058	Construção e Ampliação de Redes de Água Tratada
3.059	Construção e Ampliação de Reservatórios Elevados e Estação de Tratamento de Água
3.060	Construção e Ampliação de Rede de Esgoto Sanitário e Estação de Tratamento de Esgoto
3.061	Modernização do SAAE
3.062	Aquisição de veículos, Máquinas e equipamentos
3.063	Implantação e Manutenção das Unidades demonstrativas de Produtos Agrícolas
3.064	Construção, Ampliação e Adequação de Espaços Físicos da Educação Especial
3.065	Construção e Implantação do Teatro Municipal
3.066	Construção de Ginásio Poliesportivo em Nova Mântua
3.067	Calçamento da Localidade de Carolina
3.109	Construção de Vestiário e Alambrado no Campo de Futebol de São Vicente de Crubixá

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais Anuais (Art. 4º, Parágrafo 2º, Inciso II, LRF)

Tendo como finalidade subsidiar tecnicamente as projeções que constam do anexo de metas fiscais, expomos a base metodológica, bem como o memorial de cálculo utilizado na composição dos valores informados.

A projeção da receita para o exercício financeiro de 2012, levou em consideração a construção de cenários econômicos que procuram se aproximar o máximo possível da realidade.

As metas para o triênio 2012-2014 foram projetadas com base nos parâmetros estabelecidos pelo Governo Federal para o PIB, e no comportamento evolutivo da receita dos últimos anos, procurando evidenciar a perspectiva de um crescimento nominal das receitas e despesas, conforme demonstrativo em anexo. Assim, o crescimento real esperado fundamenta-se, exclusivamente, na observação do comportamento histórico dos índices esperados.

Tendo em vista a dificuldade de aumento efetivo da arrecadação no curto e médio prazo, dada a característica do município de ter como principais fontes de receitas as provenientes de transferências, as medidas de contenção e otimização de gastos públicos se fazem necessárias e tem sido alvo de constante acompanhamento visando à geração de superávit nos próximos exercícios.

No que se refere ao resultado nominal, este indicador tem como objetivo medir a variação do endividamento público através da diferença do estoque líquido da dívida no final de cada exercício, e no caso específico do triênio 2012-2014, a variação será negativa para os últimos anos do triênio, indicando com isso, que houve uma redução da dívida do município.

Em relação ao resultado primário, sua apuração é obtida pela diferença entre receitas e despesas não financeiras de um mesmo exercício. O resultado do triênio 2012-2014 aponta um equilíbrio entre a variação dos exercícios, evidenciando com isso, a tendência do Município a manter o equilíbrio entre as receitas e despesas não financeiras.

Em relação às projeções das despesas do município, foi considerado o comportamento previsto da receita para os exercícios correspondentes, objetivando manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, não comprometendo o equilíbrio das finanças públicas.

É evidente que, para o alcance do equilíbrio fiscal, não seria suficiente apenas promover o incremento da receita, mas também a implementação de ações que visem o racionamento dos gastos públicos. Neste sentido, o

Município vem buscando continuamente aprimorar o contingenciamento de gastos adequando-as às receitas, visando com isso, o equilíbrio das contas públicas.

As medidas pretendidas a serem adotadas para proporcionar um crescimento da receita, algumas já estão em curso e outras deverão ser adotadas, dentre as quais destacamos:

- Atualização do Cadastro Imobiliário, visando alcançar imóveis não cadastrados ou que apresentem situação diversa da constante nos registros municipais;
- Políticas de incentivo à instalação de empresas que realizem negócios compatíveis com a política de desenvolvimento do município;
- Implantação do Programa de modernização Tributária;
- Cobrança da Dívida Ativa;
- Atualização da Legislação Tributária Municipal.

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de maio de 2000, determinou que os diversos entes da Federação assumissem o compromisso com a implementação de uma gestão fiscal eficiente e eficaz. Esse compromisso inicia-se com a elaboração da LDO, quando são definidas as metas fiscais, a previsão e os gastos com as receitas esperadas e a identificação dos principais riscos sobre as contas públicas, tendo continuidade com a revisão desses parâmetros na elaboração do projeto de lei orçamentária e o monitoramento durante sua execução, de modo a garantir que os riscos fiscais não afetem o alcance do objetivo maior: o processo de gestão fiscal e social responsável.

Os principais riscos são de natureza fiscal, abrangendo dois tipos: orçamentário e de dívida.

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade das receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, que durante a execução orçamentária ocorram alterações entre receitas e despesas orçadas. No caso da receita, por exemplo, cita-se a frustração na arrecadação de determinado imposto, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da programação orçamentária, principalmente, e as mudanças relativas à aceleração ou desaceleração da economia.

Por sua vez, as despesas realizadas pelo Governo podem apresentar disparidades em relação às projeções utilizadas para elaboração do orçamento, que podem variar tanto em função do nível da atividade econômica, quanto a fatores ligados às novas obrigações constitucionais legais, por exemplo. Ainda assim, é possível equilibrar receitas e despesas da área, uma vez que a determinação e a aplicação de recursos terão aumentos percentuais gradativos ao longo de quatro anos, conforme prevê o projeto em votação; também, haverá maior repasse de recursos

pelo Governo Federal ao Município, conforme o número de alunos, no qual se incluirão os alunos da educação infantil e do ensino médio.

Outra despesa importante é o gasto com pessoal e encargos, que basicamente são determinados por decisões associadas a planos de carreira e aumentos salariais. Com o aumento anual previsto para o salário mínimo, o Município terá que rever o Plano de Cargos e Salários, pois alguns níveis salariais irão se equiparar ou terão verbas remuneratórias muito próximas.

Além desse acréscimo, a despesa de pessoal também se elevará pela revisão e redefinição dos valores salariais dos cargos públicos. Havendo possibilidade do Poder Executivo realizar concurso público visando suprir as necessidades da administração para melhoria dos serviços prestados, esta previsão não poderá afetar as contas, já que às despesas decorrentes dos mesmos estão enquadradas na receita prevista.

Os riscos de dívida são oriundos de dois tipos diferentes de eventos. O primeiro, diz respeito à administração da dívida pública, ou seja, riscos decorrentes da variação das taxas de juros vincendos. Já o segundo tipo se refere aos passivos contingentes, isto é, dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, tais como os resultados de julgamento de processos judiciais que envolvam o município.

É de salientar que as regras para os pagamentos resultantes de demandas judiciais estão sujeitos ao regime de precatórios, nos termos da Constituição Federal. Também podem ocorrer riscos semelhantes em outros processos, que venham a surgir no decorrer do exercício atual e do triênio 2012-2014, caso das ações judiciais movidas por fornecedores, de que trata o "demonstrativo de riscos fiscais", em anexo. Essas ações judiciais representam risco para o Município, no sentido de que os fornecedores poderão mover processos judiciais, na tentativa de receberem suas dívidas geradas, liquidadas e não pagas em exercícios anteriores, as quais, em sua maioria, não mais estejam inscritas em dívidas, dadas suas prescrições de prazo para pagamento. E esses riscos, caso ocorram, serão suportados pela Reserva de Contingência.

Em síntese, os riscos decorrentes dos passivos contingentes têm a característica de imprevisibilidade quanto à sua concretização, por haver sempre a possibilidade de o Município recorrer a todas as instâncias judiciais para defender e comprovar a legalidade da ação pública, o que pode resultar na não-ocorrência do impacto fiscal. E, mesmo na ocorrência de decisão desfavorável ao Município, o impacto fiscal dependerá da forma de pagamento que for efetuada, devendo sempre ser liquidada dentro da realidade orçamentária e financeira do Município.

Nesse contexto, os riscos de dívida são especialmente relevantes, pois restringem a capacidade de realização de investimento do Município e, conseqüentemente, a expansão e aperfeiçoamento da ação governamental.

Para permitir o gerenciamento dos resultados do comportamento dessas variáveis sobre as projeções orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 9º, estabeleceu a avaliação bimestral das receitas, de forma a compatibilizar a execução orçamentária e financeira, com vistas a minorar o impacto restritivo ao cumprimento das metas fiscais fixadas na LDO, assegurando a tendência prevista e potencializando os efeitos positivos. A avaliação bimestral, juntamente com a avaliação do cumprimento das metas fiscais, efetuadas a cada semestre(opção dada pelo artigo 63 da LRF), permite que eventuais diferenças, tanto da receita quanto da despesa, sejam administradas ao longo do ano, de forma que, os riscos que se materializam, sejam compensados com a re-alocação ou redução de despesas.

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2012

Demonstrativo I
 LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	31.000.000,00	29.693.486,59	0,039	32.500.000,00	29.838.413,51	0,039	34.000.000,00	26.268.521,45	0,040
Receitas Primárias (I)	27.000.000,00	25.862.068,97	0,034	28.200.000,00	25.890.561,88	0,034	30.500.000,00	22.792.994,00	0,035
Despesa Total	31.000.000,00	29.693.486,59	0,039	32.500.000,00	29.838.413,51	0,039	34.000.000,00	26.268.521,45	0,040
Despesas Primária (II)	26.800.000,00	25.670.498,08	0,034	27.900.000,00	25.615.130,37	0,034	30.100.000,00	22.550.515,34	0,035
Resultado Primário (I-II)	200.000,00	191.570,88	0,000	300.000,00	275.431,51	0,000	400.000,00	242.478,66	0,000
Resultado Nominal	700.000,00	670.498,08	0,001	600.000,00	550.863,02	0,001	500.000,00	484.957,32	0,001
Dívida Pública Consolidada	3.900.000,00	3.735.632,18	0,005	3.800.000,00	3.488.799,12	0,005	3.600.000,00	3.071.396,35	0,004
Dívida Consolidada Líquida	2.100.000,00	2.011.494,25	0,003	1.950.000,00	1.790.304,81	0,002	1.800.000,00	1.576.111,29	0,002

Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

Nota: O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2012	2013	2014
PIB real (crescimento % anual)	4,46	4,66	4,62
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	12,20	11,60	11,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,82	1,86	1,90
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,50	4,48	4,49
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	79.148.000.000,00	82.535.000.000,00	86.010.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2012	2013	Lei Ordinária nº 2014/2011
Valor Corrente/1,0450	Valor Corrente/1,0918	Valor Corrente/1,1408

FONTE:

Secretaria Municipal da Finanças da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2012

Demonstrativo II
 LRF, art. 4º, §2º, inciso I

1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2010 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2010 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	27.000.000,00	0,034	27.367.826,12	0,045	367.826,12	1,36
Receita Primária (I)	22.700.000,00	0,031	27.023.415,58	0,043	4.323.415,58	19,05
Despesa Total	27.000.000,00	0,034	26.305.982,71	0,046	-694.017,29	-2,57
Despesa Primária (II)	21.900.000,00	0,030	25.514.937,00	0,043	3.614.937,00	16,51
Resultado Primário (I-II)	800.000,00	0,000	1.508.478,58	0,001	708.478,58	88,56
Resultado Nominal	1.100.000,00	0,001	-589.733,76	0,002	-1.689.733,76	-153,61
Dívida Pública Consolidada	4.500.000,00	0,007	3.180.071,38	0,006	-1.319.928,62	-29,33
Dívida Consolidada Líquida	1.600.000,00	0,004	-816.944,27	0,000	-2.416.944,27	-151,06

FONTE:

Secretaria Municipal da Finanças da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2012

Demonstrativo III

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	26.500.000,00	27.000.000,00	1,887	27.000.000,00	0,000	31.000.000,00	14,815	32.500.000,00	4,839	34.000.000,00	4,615
Receitas Primária (I)	21.200.000,00	22.700.000,00	7,075	22.700.000,00	0,000	27.000.000,00	18,943	28.200.000,00	4,444	30.500.000,00	8,156
Despesa Total	26.500.000,00	27.000.000,00	1,887	27.000.000,00	0,000	31.000.000,00	14,815	32.500.000,00	4,839	34.000.000,00	4,615
Despesas Primária (II)	20.800.000,00	21.900.000,00	5,288	22.400.000,00	2,283	26.800.000,00	19,643	27.900.000,00	4,104	30.100.000,00	7,885
Resultado Primário (I – II)	400.000,00	800.000,00	100,000	300.000,00	-62,500	200.000,00	-33,333	300.000,00	50,000	400.000,00	33,333
Resultado Nominal	1.100.000,00	1.100.000,00	0,000	800.000,00	-27,273	700.000,00	-12,500	600.000,00	-14,286	500.000,00	-16,667
Dívida Pública Consolidada	4.900.000,00	4.500.000,00	-8,163	4.500.000,00	0,000	3.900.000,00	-13,333	3.800.000,00	-2,564	3.600.000,00	-5,263
Dívida Consolidada Líquida	1.700.000,00	1.600.000,00	-5,882	1.200.000,00	-25,000	2.100.000,00	75,000	1.950.000,00	-7,143	1.800.000,00	-7,692

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	27.642.150,00	27.000.000,00	-2,323	28.188.000,00	4,400	32.395.000,00	14,925	35.483.500,00	9,534	38.787.200,00	9,311
Receitas Primária (I)	22.113.720,00	22.700.000,00	2,651	23.698.800,00	4,400	28.215.000,00	19,057	30.788.760,00	9,122	34.794.400,00	13,010
Despesa Total	27.642.150,00	27.000.000,00	-2,323	28.188.000,00	4,400	32.395.000,00	14,925	35.483.500,00	9,534	38.787.200,00	9,311
Despesas Primária (II)	21.696.480,00	21.900.000,00	0,938	23.385.600,00	6,784	28.006.000,00	19,757	30.461.220,00	8,767	34.338.080,00	12,727
Resultado Primário (I – II)	417.240,00	800.000,00	91,736	313.200,00	-60,850	209.000,00	-33,269	327.540,00	56,718	456.320,00	39,317
Resultado Nominal	1.147.410,00	1.100.000,00	-4,132	835.200,00	-24,073	731.500,00	-12,416	655.080,00	-10,447	570.400,00	-12,927
Dívida Pública Consolidada	5.111.190,00	4.500.000,00	-11,958	4.698.000,00	4,400	4.075.500,00	-13,250	4.148.840,00	1,800	4.106.880,00	-1,011
Dívida Consolidada Líquida	1.773.270,00	1.600.000,00	-9,771	1.252.800,00	-21,700	2.194.500,00	75,168	2.129.010,00	-2,984	2.053.440,00	-3,550

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
Exercícios	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Índices	4,23	4,31	4,40	4,46	4,66	4,62

VALORES DE REFERÊNCIA

Lei Ordinária nº 362/2011
25/33

Valor Corrente x (Valor Referência)	1,0431	1,0000	1,0440	1,0450	1,0918	1,1408
-------------------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal da Finanças da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES

**MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2012**

Demonstrativo IV

PREFEITURA-CONSOLIDADO

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital-ARL	21.506.111,08	100,00	15.476.398,58	100,00	14.070.111,99	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	21.506.111,08	100,00	15.476.398,58	100,00	14.070.111,99	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Alfredo Chaves)

**MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Lei Ordinária nº 362/2011

26/33

2012

Demonstrativo V
 LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2010 (a)	2009 (d)	2008
RECEITAS DE CAPITAL	147.050,00	0,00	77.400,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	147.050,00	0,00	77.400,00
Alienação de Bens Móveis	147.050,00	0,00	77.400,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I)	147.050,00	0,00	77.400,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2010 (b)	2009 (e)	2008
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	113.743,60	0,00	77.400,00
DESPESAS DE CAPITAL	113.743,60	0,00	77.400,00
Investimentos	113.743,60	0,00	77.400,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II)	0,00	0,00	77.400,00
	(c) = (a-b)+(f)	(f) = (d-e)+(g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I-II)	33.306,40	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Alfredo Chaves)

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS-RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2012

Demonstrativo VI

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2008	2009	2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(Exceto Intra-Orçam.) = (I)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÃO DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (Intra-Orçament.) = (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-)Dedução da Receita	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEIAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00

**MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2012**

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea a

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS Valor (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS Valor (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO Valor (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d exercício anterior) + C
NADA A DECLARAR				

Fonte:

Demonstrativos das PCA's da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES

**MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2012**

Demonstrativo VII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA	COMPENSAÇÃO
--------------------	------------------------------	-------------

/BENEFICIÁRIO					
	Tributo/Contribuição	2012	2013		2014
	IPTU	0,00	0,00	0,00	
	ITBI	0,00	0,00	0,00	
	ISS	0,00	0,00	0,00	
	Taxas	0,00	0,00	0,00	
	Cont. de Melhoria	0,00	0,00	0,00	
	Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Informamos que a Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, atendendo ao disposto no art. 4 § 2º, Inciso V, da LRF Lei de Responsabilidade Fiscal, não pretende efetivar nenhum tipo de renúncia de receita compreendida como incentivos fiscais, anistias, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2012

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2012
Aumento Permanente da Receita	4.000.000,00
(-) Transferências constitucionais	2.800.000,00
(-) Transferências ao FUNDEB	800.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	400.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	400.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	400.000,00

FONTE:

Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES

MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2012

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
*Aumento do Salário Mínimo e correção da Tabela Padrão da Prefeitura.	540.000,00	*Abertura de Créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas discricionárias.	540.000,00
*Despesas com Pagamento de Juros da Dívida Fundada.	230.000,00	*Abertura de Créditos adicionais utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado em exercícios anteriores.	230.000,00
TOTAL	770.000,00	TOTAL	770.000,00

FONTE:

Nota Explicativa:

O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.